

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Projeto de Lei que altera a redação de dispositivos da Consolidação das leis do Trabalho (CLT), relativos à Comissão de Conciliação Prévia.

Relator: Deputado Costa Ferreira

VOTO EM SEPARADO: FEU ROSA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em seu Parecer, o ilustre Deputado Costa Ferreira opinou pela apresentação de um substitutivo à sugestão formulada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), que altera dispositivos celetistas relativos às Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pela Lei nº 9.958, de 2000. Ainda, foram sugeridas modificações pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentações e Afins de Marília e Região (STIAM), pela Coordenação Federativa de Trabalhadores do Estado do Paraná (CFT/PR) e, ainda, pela Associação Brasileira dos Transportadores de Carga (ABTC),

A Comissão de Legislação Participativa realizou audiências públicas, verificamos que o tema representa um instituto

importantíssimo para a solução dos conflitos trabalhistas. A iniciativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) visou a discussão e votação no Congresso Nacional da matéria, a fim de eliminar os óbices que impedem a correta conciliação prévia entre as partes, corrigidas as distorções no funcionamento das Comissões de Conciliação Prévia, bem assim, fortalecendo o principal objetivo: desafogar a Justiça do Trabalho. A Lei nº 9.958/2000, norma de eficácia plena não necessita de complementação, atende, assim, aos pressupostos, já que os resultados positivos auferidos pela experiência justificam a sua manutenção.

No caso da ocorrência de fraude ou qualquer ato ilícito praticado pelos componentes das Comissões, a legislação vigente já prevê a responsabilidade objetiva e subjetiva na apuração, entretanto, é conveniente frisar que a competência é da Justiça Comum.

Por outro lado, é singular que o nobre Relator, apenas, tenha opinado por matéria definida no funcionamento e composição paritária de representantes dos empregados e empregadores, validade do termo de conciliação como título executivo extrajudicial e eficácia liberatória. Em referência ao assunto, registro que os Tribunais Regionais do Trabalho vêm acatando o sistema de solução extrajudicial dos conflitos trabalhistas apreciados pelas Comissões de Conciliação Prévia introduzido na CLT pela Lei nº 9.958/2000, inclusive, através de inúmeras decisões, apreciando o termo de Acordo firmado, quitando os direitos decorrentes da relação de trabalho, pactuado entre as partes (Proc. nº 00437-2.002/1414-06-00-4, 2ª Turma TRT – 6ª Região, por unanimidade – Recife – 14.04.2003), caracterizando expressamente a correta conciliação prévia entre empregador e empregados.

Voto, pois, divergindo do nobre Relator, pela manutenção do texto da Lei nº 9.958/2000, aguardando-se a oportunidade da discussão e votação da Reforma Trabalhista, inclusive, com item específico sobre a matéria: A Valorização da Justiça do Trabalho, sendo o fórum apropriado para defender a legislação trabalhista, concentrando esforços em torno da causa dos trabalhadores.

Pelas razões expostas, nosso VOTO EM SEPARADO É PELA REJEIÇÃO DO PARECER DO RELATOR pela inoportunidade da alteração da Lei nº 9.958/2000, que instituiu as Comissões de Conciliação Prévia, aguardando a Reforma Trabalhista.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2003.

FEU ROSA (PSDB-ES)